

ANTROPOLOGIA PÚBLICA, ENGAJADA E/OU APLICADA: DILEMAS DE ATUAÇÃO SOCIAL PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE

Vi Grunvald¹

Filipe Reis²

Não existe tal coisa como ser apolítico

Laura Nader

Antropologia pública é um termo inicialmente cunhado por Robert Borofsky para uma série de livros lançados pela *University of California Press* que se popularizou, especialmente no contexto estadunidense, no final da década de 1990. Tal como expresso em artigo de avaliação crítica da noção escrito por Borofsky e De Lauri em 2019, “a definição básica de antropologia pública está relacionada com a capacidade (e até certo ponto dever) da antropologia de efetivamente levar em conta (não apenas em termos de publicações mas, de forma abrangente, através de diferentes produções, eventos, práticas docentes, ação e participação) problemas que estão além da disciplina” (p.5-6).

A despeito de sua popularidade e incorporação terminológica em alguns contextos nacionais e mesmo da (perdoem-nos a expressão) praxiologia institucional que surgiu a partir da noção³, o termo foi pouco desenvolvido na literatura antropológica luso-brasileira, diversamente do que ocorreu com congêneres disciplinares como “sociologia pública”. Esta última noção se tornou bastante popular após a fala intitulada *For Public Sociology* de Michael Burawoy, em 2004, quando era então presidente da *American Sociological Society* (Burawoy, 2005).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vgrunvald@gmail.com

ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-8299-6830>

² Instituto Universitário de Lisboa e Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Portugal. E-mail: filipe.reis@iscte-iul.pt

ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-6122-2027>

³ Além do jornal *Public Anthropologist* fundado por Antonio de Lauri, atualmente há pós-graduações em Antropologia Pública na *American University* de Washington, na *Università degli Studi Roma Ter* e na *Universidad Autónoma de Madrid* intituado *Máster Universitario en Antropología de Orientación Pública*, dentre outras.

É digno de nota que, em conferência proferida alguns anos mais tarde, em 2008, por ocasião de sua primeira visita ao Japão, Burawoy tenha explicitamente refletido que sua concepção de sociologia pública nascera na África do Sul, isto é, que o contexto de ação da disciplina num país que sofreu com processos de ocupação colonial não deve ser negligenciado no entendimento das forças que atuam na (con)formação de seu campo. Segundo afirma (Burawoy, 2009:235), ficara positivamente surpreso com “a imersão dos sociólogos sul-africanos nas trincheiras da sociedade civil, com os debates inflamados que surgiam daquelas batalhas e com a originalidade das suas teorias sobre a raça, o Estado e os movimentos sociais.” Algo que contrastava, segundo argumenta, com uma “sociologia superprofissional [estadunidense] que fetichizava sua separação da sociedade”.

O polo oposto, revela o sociólogo, seria a Rússia, na qual a sociologia, ainda que ativa em dados momentos, “nunca teve autonomia profissional”, sendo ora “ferramenta ideológica do partido estatal” ora, com a transição soviética para a economia de mercado, aplicadora de “pesquisas de opinião pública a serviço do mercado, segundo a forma mais tosca de ciência aplicada e orientada pelas demandas da clientela”.

Nesta breve retomada sobre as (des)venturas de uma sociologia pública revelam-se dois usuais perigos relativos ao que muitas reflexões sobre antropologia pública também denunciam: por um lado, a possibilidade de exercício da antropologia como elitismo autocentrado de uma disciplina que pouco ou nada se relaciona com a sociedade civil, estabelecendo-se unicamente como uma conversa entre pares; por outro lado, um processo de aplicação utilitarista de metodologias e técnicas antropológicas sem levar em conta, contudo, o referencial ético, político e teórico que lhe dá base e sustenta.

José Guilherme Magnani (2009, p.130), fazendo jus a algumas dessas questões, inicia seu texto *Antropologia como prática e experiência* lembrando o “súbito prestígio” da antropologia na década de 1970 no Brasil “quando essa disciplina terminou sendo vista, entre as ciências humanas, como uma via de acesso privilegiada para o entendimento das mudanças sociais, políticas e culturais que estavam a ocorrer na dinâmica da sociedade brasileira e, mais particularmente, nas grandes cidades, cenário dos chamados movimentos sociais urbanos”.⁴ Nesse mesmo texto, retoma igualmente como, mais recentemente, o meio empresarial têm valorizado a antropologia e o trabalho de campo numa espécie de “banalização da etnografia como metodologia, estratégia de

⁴ Para uma maior elucidação do processo aludido por Magnani, cf. Velho (1980) e Cardoso (1997).

pesquisa e postura intelectual [...] como se fosse possível separar o método do esquema conceitual” (2009, p.132) que lhe deu origem.

Concomitante, portanto, a certo ímpeto de projeção da antropologia e seu instrumental prático e teórico para fora dos muros da universidade através de um processo contínuo de engajamento com aqueles grupos com os quais historicamente se produziram as pesquisas antropológicas e que, não raro, são marcados por processos de subalternização e precarização social, há o perigo, sempre latente, de, ao deslocar-se da prática concreta da antropologia profissional e separar-se do quadro conceitual que lhe dá consistência, a utilização de técnicas e metodologias tidas como antropológicas abrir um campo de possibilidades que, se bem atualizam outras formas de atuação de antropólogos/as, também carregam a ameaça de fazê-lo à revelia dos princípios éticos, políticos e teóricos sem os quais esta mesma metodologia perde sua especificidade antropológica.

Antropologia e silenciamento

Toda disciplina acadêmica tem uma história. E toda história acadêmica é marcada por um conjunto de possibilidades que são também sociais, políticas e econômicas, para além do que algumas histórias (meramente) intelectuais nos fazem supor. Não é novidade nem segredo disciplinar que a antropologia foi, ao mesmo tempo, filha e serva do colonialismo. Na mesma medida e com os mesmos fundos utilizados para sua institucionalização em centros ingleses, franceses e estadunidenses de ensino superior e pesquisa, a antropologia também utilizava seu aparato conceitual e técnico para construir conhecimento que seria operacionalizado por Estados coloniais com vistas a construir ou aperfeiçoar processos de dominação (Asad, 1973; Stocking Jr., 1991). Alguns antropólogos clássicos, como Sir Evans-Pritchard, não foram apenas grandes pensadores e trabalhadores de campo, mas, igualmente, funcionários dos Estados coloniais que, do Sudão a Etiópia e Síria, realizam desígnios do Império Britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Lembremos, igualmente, que o clássico *O crisântemo e a espada* de Ruth Benedict, publicado em 1946, foi encomendado pelo governo norte-americano nos desígnios da guerra contra o Japão.

Reflexões como a de da Trinh Minh-ha (1989) retomam, de fora da antropologia, não apenas a envergadura colonial da disciplina, mas igualmente seu caráter masculinista,

denunciado pela autora como uma “conversa científica do homem com o homem”. Em seu interior, Laura Nader é, talvez, uma das pesquisadoras que mais insistiu na discussão sobre uma “economia política do conhecimento” (Keesing, 1994) que, através do que a geneticista Barbara McClintock chamava de “suposições tácitas” (Keeler, 1983, p.178) produz “processos de controle” e “políticas de silenciamento”.

Em um texto publicado na primeira edição da *Public Anthropologist*, Nader (2019), retoma o que chama de “poder da objetividade como controle” (Nader, 2019: 83) e lembra que “frequentemente, cientistas sociais são persuadidos a separar o ‘acadêmico’ do ‘político’ de forma a enfatizar o conhecimento antropológico como desprovido de uma postura política” (p.82). Em sua argumentação, há uma definição eminentemente pública antropologia que, segundo a autora, “pretende desafiar suposições com base em evidências e, nesse processo, esclarecer o público sobre processos de controle em suas vidas” (p.81).

Assim, para além de processos de controle definidos como “mecanismos pelos quais ideias se firmam e se tornam institucionais em relação ao poder” (2018: 268), há também possibilidades de descentramento abertas pela antropologia como prática intelectual de conhecimento e social de ação coletiva. De fato, parece-nos que o título dado a sua coletânea de ensaios, *Contrarian Anthropology*, remete, ainda que sem referência explícita, o que Pierre Clastres chamou, no texto *Entre o silêncio e o diálogo*, de paradoxo da etnologia. Diz ele:

O paradoxo da etnologia é que ela é, a um só tempo, ciência e ciência dos primitivos; que, absolutamente desinteressada, ela realize, melhor do que qualquer outra atividade, a ideia ocidental de ciência, mas escolhendo como objeto aquilo que se encontra mais distante do Ocidente: o surpreendente é, finalmente, que a etnologia seja possível!” (1968: 36).

A relação entre produção de conhecimento antropológico, em suas idiossincrasias, e atuação colonial não é, portanto, desprovida de complexidades. O fato de antropologias como a britânica, francesa ou estadunidense terem construído uma prática de pesquisa inclinada a um Outro primitivo que estaria alhures contrasta com antropologias como a brasileira cuja atenção, em geral, recai sobre sua própria nacional.

Extraír todas as consequências dessa reflexão excede os limites do exercício proposto por este texto. Gostaríamos de lembrar apenas que, diferentemente do que Burawoy (2009) atestou em relação à sociologia de um país periférico como África do

Sul, não parece se replicar no Império que o colonizou. Marilyn Strathern, a esse título, avalia que, com a descolonização, não houve grande mudança ou trauma, já que:

Politicamente, a Grã-Bretanha sempre careceu daquilo que acho que qualquer país com algum potencial intelectual sempre teve: intelectuais públicos. Isso não é algo que ocorre com muita frequência na Grã-Bretanha. A televisão transformou isso um pouco, mas sempre são os historiadores, geógrafos e outros especialistas que tendem a fazer grandes afirmações sobre o mundo, e não os antropólogos. (Fiori et al., 2015: 7)

No entanto, como Wright (2019) argumenta, há políticas de silenciamento que vão além de questões propriamente relacionadas à natureza do conhecimento antropológico e sua história colonial. Especialmente no último quartel do século XX, com a intensificação das (micro)políticas neoliberais (Rose, 2004), outras formas de hierarquia e controle passaram a se impor no contexto acadêmico.

A autora retoma a experiência do *Group for Anthropology in Policy and Practice* (GAPP), posteriormente nomeado *Anthropology in Action* (AinA), rede composta por volta de 300 pesquisadoras britânicas que estavam ocupando postos de trabalho no setor público. Devido à imperativos de produção e produtividade, sua atuação era realizada, basicamente, em horas tidas como extra-laborais e fins de semana.

No entanto, Wright (2019) lembra que, a partir de 1986, as universidades britânicas passaram a ser auditadas e se constituiu um *ranking* que servia também de régua para avaliação e, ulterior, investimento em centros tidos como de excelência, cujo critério básico era o número de publicações. Como consequência,

Os acadêmicos se tornavam maus cidadãos se não colocassem todo o seu tempo e energia na publicação acadêmica (com apenas uma pequena reserva para o ensino), e em alguns departamentos os acadêmicos eram explicitamente instruídos a abandonar todas as atividades “externas”. Sob esta pressão, AinA foi dissolvido. O silenciamento do engajamento público por meio de auditoria coercitiva, que mede e recompensa o desempenho e os resultados especificados e não “conta” outros, é predominante no Reino Unido e generalizado na Europa (Wright, 2019: 116).

Os efeitos dessa verve pela produtividade como atividade última (e única) da atuação acadêmica, dessa maneira, acaba constituindo um outro padrão de silenciamento e processo de controle que, tal como o exemplo explorado por Wright deixa claro, tem como efeito a desestruturação, senão a própria impossibilidade, de uma atuação social,

pública e engajada de antropólogas para além dos limites estritos da universidade e de novas políticas de mercantilização do conhecimento acadêmico.⁵

Antropologia engajada, antropologia aplicada?

Não é raro que, nós, antropólogas, pensemos nossa prática de pesquisa e mesmo de docência como prática engajada, já que, como argumentado por uma de nós em entrevista neste mesmo volume da revista *Illuminuras*, “[n]ão estudamos e pensamos sobre as desigualdades sociais do mundo apenas para contemplá-las de longe. Fazemos isso porque queremos mudar esse mundo de desigualdades”. Em seu clássico *The life of the Law*, Nader (2003: 230) argumenta que “antropologia é engajamento político, queiramos ou não. Tal reconhecimento liberta a imaginação; o contexto como dispositivo analítico não é suficiente, nem a comunidade”.⁶

O estudo histórico de Mary Furner sobre a profissionalização das Ciências Sociais nos EUA em fins do século XIX revela, como retomado por Nader, uma mudança de ênfase a partir da qual o foco na aplicação pública dos estudos antropológicos deixa de ser bem visto e querido.

A atuação pública era considerada importante antes da Guerra Civil, mas com o surgimento dos grandes *trusts*, o movimento para a objetividade em detrimento da atuação estava aumentando. A falta de objetividade foi usada para penalizar defensores em casos de liberdade acadêmica das décadas de 1880 e 1890, marcando limites de comportamento aceitável para cientistas sociais acadêmicos. (Nader, 2019: 83)

A despeito desse cenário, a antropologia não deixou de possuir um caráter eminentemente público (vide Margaret Mead e sua inserção midiática) e aplicado nesse cenário nacional. De fato, segundo David Price (2016), a antropologia aplicada tem raízes profundamente militares que remontam, fortemente, à Segunda Guerra Mundial, mas encontram-se imbricadas em muitas instâncias da prática antropológica.

No Brasil, quando se fala em antropologia pública, em geral, a ênfase recai sobre produções outras que não os tradicionais artigos característicos de nossa atividade

⁵ Para mais informações sobre essas políticas de produtividade e “*audit cultures*” cf. Strathern (2000), Shore e Wright (2014, 2015).

⁶ É igualmente digno de nota que Burawoy, em texto de 2005 intitulado *The critical turn to public sociology*, inicie com uma epígrafe do Marx de *Teses contra Feuerbach*: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo, diferentemente, cabe *transformá-lo*.” (1974[1845], p.59). Nesse sentido, pelo menos sugere o texto, o ímpeto público da sociologia, já parecia estar colocado em um de seus *founding fathers*.

profissional, que possuem alcance restrito, abarcando diferentes mídias e tipos de registros (sons, imagens, recursos hipermediáticos, etc), direcionadas ao público em geral, ação e participação social – algo que aparece desenvolvido em artigos deste dossiê.

No entanto, outro tipo de produção antropológica tido como menos nobre, mas de importância fundamental – e, frise-se, pouco ensinada em cursos de Ciências Sociais e Antropologia (Sprandel e Barretto Filho, 2018) – é aquela realizada, justamente, sob esta alcunha de antropologia aplicada. Como aludido anteriormente, no bojo da preocupação com o passado colonial da disciplina e com descolamento entre prática, teoria, ética e política provocado por práticas mercadológicas de apropriação metodológica da antropologia, este termo tem suscitado diversas preocupações, tanto quando pensamos em relatórios técnicos produzidos para Estados Nacionais quanto, por outro lado, em perícias e laudos para demarcação de terras indígenas e quilombolas.

E quando nos referimos a essas preocupações, não estamos pensando apenas em contendas internas à disciplina, mas, igualmente, na maneira como alguns segmentos sociais e políticos têm investido na deslegitimação de práticas de perícia antropológica que, por vezes, se cristalizam em processos de judicialização nos quais estas atuações são instadas a se justificarem, como ocorreu em 2015 e 2016, em Comissões Parlamentares de Inquérito (Souza Lima et al., 2018).

No cenário brasileiro, percebemos como, a despeito de uma expandida atuação em direção a princípios de respeito aos direitos humanos e ao empoderamento de povos historicamente subalternizados e precarizados, nem sempre antropólogas compartilhavam mesmo com esses sujeitos a autopercepção de si mesmas. Nesse sentido, cabe lembrar a maneira como Ailton Krenak, importante liderança indígena, caracterizava a relação de sua etnia com nossos colegas de profissão no seminário *Antropologia e seus espelhos*, realizado na Universidade de São Paulo em 1994:

A impressão que eu tenho é que, para a minha tribo, a relação com os cientistas, antropólogos, sociólogos, os chamados etnólogos, não é uma coisa tranquila nem resolvida e, via de regra, eles são tomados pelo nosso pessoal da mesma maneira que o garimpeiro, o madeireiro, o colono, isto é, em alguns momentos são vistos como estranhos e estrangeiros, que nem sempre revelam a sua intenção para conosco e que não têm a nossa confiança (Silva Reis, Silva, 1994: 12).

Com esse cenário em mente, não nos parece à toa que nomes importantes das discussões sobre antropologia das políticas públicas fazem questão de distingui-la da

antropologia aplicada em termos de metodologia e foco (Shore e Wright, 1997; Shore, Wright e Peró, 2011; Shore, 2012). Na *Introdução* do livro *O campo da antropologia no Brasil*, Wilson Trajano Filho e Carlos Benedito Martins (2004), revelam uma estranha lógica que subjaz essa postura. Os autores argumentam que, “na antropologia, parece se perpetuar uma curiosa estratégia de profissionalização que, quando comparada a outras profissões, caracteriza-se pela desaprovação tácita da aplicação prática do saber gerado nas universidades” (Trajano Filho e Martins, 2004: 24). Tal desaprovação é consistente com que o que Claudia Fonseca (2004:71) chama de “vocação eminentemente acadêmica” da disciplina.

Dessa forma, fica claro que, ainda que engajada, nem sempre a antropologia é aplicada ou, antes, que mesmo do ponto de vista das próprias antropólogas, engajamento e aplicabilidade da antropologia não são necessariamente convergentes, ainda que, como tenha também observado Fonseca (2004: 76), “especialmente quando atuam na administração pública, vários egressos, mesmo no setor extra-acadêmico, lidam com temas, por tradição, de interesse antropológico”.

Em certo sentido, se pensarmos que o caráter engajado da disciplina está relacionado com nossa capacidade de criar, com consistência, verdades fracas o suficiente para que possam caber as verdades de nossas interlocutoras, a própria natureza do conhecimento antropológico sugere um afastamento de sua aplicabilidade que, enquanto tal, não pode prescindir de um certo manancial de certas para definir planos de ação. Como elucida novamente Fonseca (2004: 83), “[a] análise cultural, com sua insistência na particularidade do universo simbólico [...] afasta o antropólogo das receitas técnicas, familiares ao administrador”.

Pluralidade de experiências

Este texto não se pretende programático em relação a alguns termos que o situam, tais como antropologia pública, engajada ou aplicada. Tampouco o é na exposição sistemática do campo de atuação antropológico tanto dentro da universidade quanto extramuros e das contendas políticas e sociais que as envolvem. Além da pesquisa conduzida por Wilson Trajano Filho e, posteriormente, publicada em livro (Trajano Filho e Ribeiro, 2004), há outros trabalhos que se propuseram, de forma detida e competente, a tal consideração (Feldman-Bianco, 2013, 2018; Franch, Andrade e Amorim, 2015;

Simião e; Souza Lima et al., 2018). Para nós, organizadoras de um dossiê sobre o tema da antropologia pública, engajada e aplicada, trata-se mais de retomar algumas das problemáticas que giram em torno dos temas levantados pelos artigos submetidos, aprovados e publicados nesta edição da revista.

Em livro no qual explora as categorias acima aludidas, Stuart Kirsch (2018: 230) argumenta que a antropologia engajada “responde a perguntas sobre responsabilidades para informantes, bem como o desejo de resolver problemas contemporâneos” através de meios que excedem a clássica produção textual. Indo ao encontro de tal proposição, iniciamos o dossiê com artigo de Paulo Raposo no qual avalia sua própria atuação a partir do referido termo, fazendo, justamente, importantes conexões com a maneira pela qual as aproximações entre arte, política e ativismo podem operar esse engajamento.

Em seguida, com o artigo escrito por Sandra Colling e Ana Luiza Carvalho da Rocha, continuamos no âmbito da aproximação entre arte e antropologia, mas no registro específico da própria maneira pela qual é possível acionarmos outras estratégias expressivas na construção de narrativas antropológicas que, nesse caso específico, trata-se também de uma pesquisa de mestrado. Aqui o engajamento, ainda que não acionado enquanto termo, aparece consubstanciado tanto na experiência sensível da produção compartilhada quanto na encarnação de afetos em estruturas que são, a uma só vez, gráficas e existenciais.

Em nosso terceiro artigo do dossiê, Adriana Donato dos Reis e Jean Segata trazem uma discussão sobre a relação da ampliação do conceito de cultura trazido pelo então ministro Gilberto Gil, levantando importantes questões sobre a circulação entre os modos de pensar antropológicos e sua apropriação não apenas pela sociedade civil de uma forma geral, mas pelas entidades e organizações estatais no âmbito de elaboração de políticas públicas.

No artigo de Palloma Menezes e Julia Moura, encontramos a análise de uma antropologia engajada e aplicada cujo objetivo era produzir encontros entre jovens universitários e aqueles que estavam cumprindo medida socioeducativa em semiliberdade. Nesta experiência, pesquisa, extensão e atuação social caminham juntas e aparecem como indissociavelmente ligadas.

Caráter umbicalmente conectado entre pesquisa e ação social que aparece também no artigo de Luisa Godoy Pitanga no qual a autora discorre sobre sua própria trajetória construindo uma autoetnografia na qual emergem experiências pessoais/profissionais

como consultora ambiental de meio socioeconômico, documentarista e educadora audiovisual, no bojo de uma atividade conjugada com sua pesquisa de mestrado.

Renata da Silva Melo, por sua vez, analisa experiências de participação e ação social a partir de *A notícia por quem vive*, um jornal comunitário da Cidade de Deus, favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no qual, por mais de 6 anos, moradores dessa favela e pesquisadores da UFRJ estiveram envolvidos. Aqui a principal inspiração é a noção de pesquisa-ação que, segundo Michel Thiollent (2005:16), é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a solução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Os artigos que encerram a coletânea são de pesquisadoras/es que, no âmbito ações e estratégias levadas a cabo para comunicar e partilhar o conhecimento que produzimos com setores mais amplos da sociedade e com os próprios sujeitos, grupos ou comunidades pesquisadas, produziram *podcasts* de caráter eminentemente antropológico. O primeiro artigo é de Soraya Fleischer e Daniela Manica sobre o *Mundaréu* e o segundo, sobre o *Anthropológicas*, de autoria de Alex Vailati, Francisco Sá Barreto e Hugo Menezes Neto.

Na seção de entrevistas, publicamos a entrevista que realizamos com Miguel Vale de Almeida, antropólogo de projeção pública em Portugal que tem uma trajetória marcante tanto na academia, quanto na política e na mídia e cujo trabalho atravessa o Atlântico, sendo também um importante autor nas discussões sobre gênero e masculinidade lido e discutido no Brasil.

Por fim a entrevista de Aline dos Santos Carolino com a Professora Tânia Welter, intitulada Projeto Papo Sério: Iniciação Científica no Ensino Médio (2010-2012) Uma entrevista com a professora Dra. Tânia Welter.

Para contemplar a seção de Ensaios com Imagens trazemos os trabalhos que seguem. De Vitória Mendes Alves e Israel Martins Araújo, o ensaio “Colando fragmentos do mundo da vida: recortes do cotidiano de camponeses do baixo Tocantins paranaense”. Na sequência “Distrações. O olhar, a fotografia e a construção da vida urbana” e de Jorge Luan Rodrigues Teixeira o ensaio “Verdade, ficção e os fios de um enlinhado na fotografia”.

Na seção resenhas, temos um texto sobre o filme *Domingo*, um dos resultados do projeto de documentário de narrativa transmídia realizado por Paulo Mendel e Vi

Grunvald com a Família Stronger, coletivo LGBTQIA+ da periferia de São Paulo. O filme que retrata um almoço dessa “família LGBT”, bem como manifestações coletivas de rua num conturbado cenário político brasileiro, foi premiado tanto pela Associação Portuguesa de Antropologia (APA) quanto pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Ainda nesse registro, publicamos, igualmente, uma entrevista com Vi Grunvald sobre academia, política, arte e ativismo que dialoga com muitas das questões tratadas tanto neste texto quanto no dossiê de uma maneira geral.

Boa leitura a todas!

REFERÊNCIAS

ASAD, Talal (Org.). *Anthropology and the colonial encounter*. New York: Humanities Press, 1973.

BOROFSKY, Robert; DE LAURI, Antonio. Public Anthropology in Changing Times. *Public Anthropologist* (1), p.3-19, 2019.

BURAWOY, Michael. A sociologia pública em tempos de Barack Obama. *Caderno CRH*, v.22, n.56, p.233-244.

BURAWOY, Michael. For Public Sociology. *American Sociological Review*, v.70, p.4-28, 2005.

CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica– teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, 2013.

FIORI, Ana Letícia et al.. Sobre modos de se pensar e fazer antropologia: entrevista com Marilyn Strathern. *Ponto Urbe*, n.17, 2015.

FONSECA, Claudia. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

FRANCH, Mónica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara. *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015.

KEELER, Evelyn. *A feeling for the organism – the life and work of Barbara McClintock*. New York: W. H. Freeman and Company.

KEESING, Roger. Theories of Culture Revisited. In: BOROFKY, R. *Assessing Cultural Anthropology*. New York: McGraw Hill, 1994.

KIRSCH, S. *Engaged Anthropology: Politics Beyond the text*. Berkeley: University of California Press, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. “Etnografia como prática e experiência”. *Horizontes antropológicos*, vol.15, n.32. p.129-156, 2009.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974[1845].

NADER, Laura. *The Life of the Law: Anthropological Projects*. Berkeley: Univ. of California Press, 2002.

NADER, Laura. Unravelling the Politics of Silencing. *Public Anthropologist* (1), p.81-95, 2019.

PRICE, David. *Cold War Anthropology. The CIA, the Pentagon and the growth of dual use anthropology*. Duke University Press, 2016.

ROSE, Nikolas. *Powers of Freedom, Reframing Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SHORE, C.; WRIGHT, S. (Org.). *Anthropology of Police: Critical Perspectives on Governance and Power*. EASA Series, London: Routledge, 1997.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Governing by Numbers: Audit Culture, Rankings and the New World Order. Edição especial da *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 23(1), 2015.

SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÓ, D. (Org.). *Policy Words: Anthropology and the Anatomy of Contemporary Power*. Oxford: Berghahn, 2011.

SHORE, Chris. Anthropology and Public Policy. In: FARDON, Richard et al. *The Sage Handbook of Social Anthropology*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage, 2012.

SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *O campo da antropologia no Brasil. Retrospectiva, alcance e desafios*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2018.

SOUZA LIMA et al. (Org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2018.

SPRANDEL, Marcia; BARRETTO FILHO, Henyo. Profissionais com formação em antropologia para quê? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em Antropologia. In: SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *O campo da antropologia no Brasil. Retrospectiva, alcance e desafios*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2018.

STOCKING JR., George (Org.). *Colonial situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.

STRATHERN, Marilyn (Org.). *Audit culture. Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. London, New York: Routledge, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

TRINH, Minh-ha. *Woman, native, other*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

WRIGHT, S. Knowledge that Counts: Points Systems and the Governance of Danish Universities. In: SMITH, D.; GRIFFITH, A. (Org.). *Under New Public Management: Institutional Ethnographies of Changing Front-line Work*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

WRIGHT, Susan. Having company: an Antidote to the “Politics of silencing”. *Public Anthropologist* (1), p.113-118, 2019.